

JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA
(ORGANIZADOR)

OS PORTUGUESES E O AMBIENTE

I INQUÉRITO NACIONAL ÀS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS
DOS PORTUGUESES SOBRE O AMBIENTE

João Ferreira de Almeida
José Luís Garcia
Aida Valadas de Lima
Joaquim Gil Nave
Luísa Schmidt

CELTA EDITORA
OEIRAS / 2000

© 2000, Observa

O Observa – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública – é um programa de investigação criado pelo ISCTE e ICS, com o apoio do IPAMB, tendo por base um protocolo de cooperação estabelecido em 31 de Outubro de 1996. O seu financiamento é garantido pelo IPAMB, que obteve a aprovação do projecto junto do Programa Ambiente e assegura a comparticipação nacional.

João Ferreira de Almeida (org.)
Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente

Primeira edição: Maio de 2000
Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 972-774-075-8
Depósito legal: 153310/00

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora
Capa: Mário Vaz / Celta Editora
Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda., Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor,
por Celta Editora, Lda., Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal
[tel.: 21 4417433 / fax: 21 4467304 / e-mail: celtaeditora@mail.telepac.pt].

ÍNDICE

Índice de figuras e quadros	vii
Sobre os autores	xv
Agradecimentos	xvii
INTRODUÇÃO	1
<i>João Ferreira de Almeida</i>	
1 REPRESENTAÇÕES E VALORES SOBRE NATUREZA E AMBIENTE	7
<i>Aida Valadas de Lima</i> <i>com Elsa Coimbra e Alexandra Figueiredo</i>	
Introdução	7
As representações da natureza	9
As representações do ambiente	13
Caracterização sociográfica dos inquiridos segundo as grelhas de representação da natureza e do ambiente	19
Ambiente e natureza	23
As relações com a natureza	25
Análise do primeiro factor (“ecocentrismo”)	26
Análise do segundo factor (“antropocentrismo”)	28
Conclusão	30
2 PAÍS: PERCEPÇÃO, RETRATO E DESEJO	33
<i>Luísa Schmidt</i> <i>com Susana Valente e João Pinheiro</i>	
Introdução	33
Percepção da qualidade ambiental	37
Retrato ambiental do país	63

	O país ambiental que se deseja	81
	Conclusão	97
3	INFORMAÇÃO E CULTURA AMBIENTAL	103
	<i>Joaquim Gil Nave</i> <i>com Ana Horta e Catarina Lorga</i>	
	Introdução	103
	A "cultura ambiental" dos portugueses: informação e conhecimento sobre questões ambientais	107
	Perfis sociais, informação e conhecimento sobre questões ambientais	115
	Os portugueses e a informação ambiental	127
	Quotidiano e cultura ambiental	137
	Conclusão	143
4	ORIENTAÇÃO, CIDADANIA E RESPONSABILIZAÇÃO	145
	<i>José Luís Garcia</i> <i>com Pedro Barata e Gisela Matos</i>	
	Introdução	145
	Orientação ambiental	148
	Acção e activismo ambiental	155
	Responsabilização: o papel da cidadania e do Estado na acção ambientalista	164
	Conclusão	182
	CONCLUSÃO	185
	<i>João Ferreira de Almeida</i>	
	Anexo I	191
	Anexo II	199
	Anexo III	218
	Anexo IV	227
	Referências bibliográficas	239

Capítulo 4 ORIENTAÇÃO, CIDADANIA E RESPONSABILIZAÇÃO

José Luís Garcia

com Pedro Barata e Gisela Matos

Introdução

Ao conselho metodológico que Fustel de Coulanges dava ao historiador para esquecer tudo aquilo que se passou em seguida se queria reviver uma dada época, Walter Benjamin cunhou esse pobre processo com o termo *intropatia*.¹ Para formular uma ideia de cidadania que evite a *intropatia* não nos devemos isentar de uma reflexão, mesmo que breve, sobre a sua natureza, limites, tarefas e necessidade. Sobre esta última, devemos dizer desde já que se aqui insistimos na necessidade da cidadania o tentamos fazer de uma forma muito diferente daquela que necessita o conformismo que se compraz com o programa da “participação social” dos nossos dias e está convencido que nada no sentido da corrente.

Não ignoramos como o exercício da cidadania tende a emergir como a resposta fundamental para superar de modo positivo não só o quadro actual da nossa relação com a questão ambiental, como para inverter a crise — assinalada por diferentes perspectivas — que surge associada ao impulso técnico-científico prometeico da actual fase do capitalismo tecnológico desenfreado. Por sua vez, quanto às nossas relações com a questão ambiental, uma ênfase maior tem residido na insistência sobre o papel insubstituível das populações e da sua responsabilidade cívica para a alteração das práticas ambientais quotidianas, qualificação da posição dos “leigos” e suas percepções na avaliação do risco, participação em audiências de processos de avaliação ambiental e associativismo ambientalista. Em Portugal, do lugar cativo da análise da nossa suposta especificidade, ora se criticam os obstáculos à

1 W. Benjamin (1992), *Sobre Arte, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, pp. 160-161.

participação levantados pelos que continuam imersos na arrogância da atitude de cientista e da superioridade da “competência científica” — são comuns as queixas, rigorosamente sem reparo, de que a contribuição das populações nas avaliações de impacto ambiental têm sido consideradas como irracionais, mal informadas ou irrelevantes, em todo o caso geralmente tardias ou secundarizadas para permitir entrar em linha de conta com as suas opiniões —, ora se lamenta a falta de “participação” ditada pelo desinteresse, pelas iliteracias ou pela ainda reverência do público perante a *expertise* tecno-científica.

A proposta moderna da cidadania — de Maquiavel, Hobbes, Kant e Hannah Arendt — consiste fundamentalmente na tentativa sempre reiterada da possibilidade da acção política, moralmente consciente, livre e pensada de muitos ou mesmo de todos. Com o florentino, a cidade emerge como uma esfera para o conflito de interesses no quadro da *realpolitik*, de um ideal de política não normativa (por diferença com Platão e Aristóteles), da sua autonomia no sentido de afastamento de qualquer critério transcendente, embora também da sua plena confinação a uma razão de Estado, ou seja, à figura do poder em estado puro. Com o filósofo inglês, surge afirmada a igualdade natural traduzida no “direito de todos a todas as coisas” nas suas irredutíveis consequências, o primado da preservação da vida humana e a procura inscrita no possibilismo do acordo racional entre os homens. A responsabilidade individual e a liberdade para o uso público da razão, quer dizer, a configuração pública do pensamento simultaneamente como pensamento político e como comunicação política porque dialógica perante a alteridade e procurando o “bem comum”, caracteriza a contribuição de Kant.² Hannah Arendt, já no século XX e diante da violência totalitária, foi a primeira a mostrar como toda a vida humana passou a ocupar o centro da cena política na modernidade e a tentar reabilitar o político como constituição de uma esfera plural de deliberação e manifestação de um poder sem denominação nem violência.³

Sabemos hoje bem de mais como a assimetria entre potencialidade e realidade esteve sempre inscrita no projecto da acção política livre e racional de todos e como, retomando uma passagem do último acto de *Ricardo II*, “os pensamentos virados para a ambição engendram maravilhas improváveis”. Porém, tirar as lições do absoluto em política — absoluto que foi também o encantamento negro pelo poder tido como instrumento regenerador —, não significa a defesa da política plasmada inteiramente no elemento jurídico e no

2 Uma introdução rigorosa, sintética e muito bem organizada ao tema da cidadania pode encontrar-se em V. Soromenho-Marques (1996), *A Era da Cidadania*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

3 G. Agamben elucida muito bem o pioneirismo de H. Arendt (20 anos antes de M. Foucault) na descrição do processo que leva o *homo laborans*, incluindo a sua vida biológica, a ocupar cada vez mais o centro da atenção política na modernidade. Cf. G. Agamben (1998), *O Poder Soberano e a Vida Nua. Homo Sacer*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 12-14.

Estado (no “poder administrativo” para utilizar o conceito de Habermas)⁴ que a transforma em mera gestão e administração caracterizando toda a prática política das organizações instituídas e dos seus velhos e novos parceiros de estrada. Não justifica igualmente o apego à indiferença vazia como simétrico do absoluto, isto é, a perspectiva do poder como maldito, que, tendo uma importante tradição literária,⁵ surge agora nas ciências humanas em certo nihilismo esteticizante. Até porque a razão permanece ainda a mesma: “A tradição dos oprimidos”, argumentando novamente com Benjamin, “ensina-nos que o ‘estado de excepção’ em que vivemos é a regra”.⁶ A que podemos acrescentar, no que respeita à nossa relação com o “natural”, o excerto de Wordsworth: “Nunca a Natureza traiu/ o coração que a amou”. Admitamos por um momento que, na questão da cidadania, a noção de fracasso é própria ao período histórico que designamos por modernidade, período que (se) abre para o percurso da experiência da acção política surgida da articulação forte e vital do pensamento político e da vida política. Mas o fracasso significa — pode significar — nos nossos dias precisamente a perenidade do agir interrogativo, o tentar de modo outro — através do pensamento plural e dialógico — a liberdade partilhada que é o cerne da acção e do poder político na busca do “bem comum”, o qual, devido à natureza alterada da acção humana pela técnica, passa agora em enorme medida pela responsabilidade ambiental e pela permanência da vida humana genuína. Neste sentido, a cidadania como cerne da política começa a ser — pode começar a ser — o meio da acção política sem fim, ou melhor, um meio que recusa um fim e que em vez de servir um fim é finalmente o fim tornado meio.

A cidadania, evidentemente, depende de factores que não se inscrevem apenas no elemento político mas também no social e económico; elemento político que, em relação à questão ambiental, vê a democracia liberal potenciar dinâmicas profundas de impacto por via do seu entrosamento íntimo com os avanços tecnológicos, a dinâmica das economias de mercado e o pensamento utilitarista; elementos económico e social que têm sido frequentemente preteridos ou esquecidos, na última década, sobretudo no âmbito das relações entre cidadania e equidade.⁷ Se as interrogações e os enigmas são muitos, e se podemos afirmar que a cidadania (tal como a política, que não deve ser subsumida na sua expressão menos relevante mas mais visível — a gestão governativa) está mergulhada num possível aberto, não temos contudo qualquer dúvida

4 J. Habermas (1992), *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*, Frankfurt, Suhrkamp, pp. 364 e 626.

5 Como observa Eduardo Lourenço, trata-se do “itinerário que vai de Kafka a Camus e a Sartre”, no estimulante mapeamento realizado pelo ensaísta em “A figura do poder neste fim de século”, in *O Esplendor do Caos*, Lisboa, Gradiva, 1998, p. 122.

6 *Op. cit.*, p. 161.

7 Para uma discussão sobre este problema aplicada a Portugal ver Manuel Villaverde Cabral (1998), *Cidadania Política e Equidade em Portugal*, Oeiras, Celta.

em defender que a imaginação e atitude necessárias para enfrentar a actual conjuntura só podem surgir articuladas à liberdade política e à acção pensada na vida pública. Os resultados do Inquérito Nacional que se apresentam e interpretam neste capítulo são um contributo para esse pensamento correspondendo ao tema cruzado da orientação, responsabilidade e cidadania ambiental. A problemática da cidadania é o fio condutor da leitura que de seguida se propõe.

O presente capítulo visa complementar as análises até agora produzidas, prolongando em particular os temas do anterior sobre informação e "cultura ambiental". Trata-se aqui de procurar responder a várias questões relacionadas com a orientação, cidadania e responsabilização. Em primeiro lugar, e no que diz respeito à orientação, ensaiamos a construção de um índice de orientação ambiental dos portugueses. Quem são e como são os portugueses com maior ou menor índice de orientação ambiental? Quais as suas opiniões, disposições e práticas? Em seguida, pretende-se uma aproximação à participação e activismo ambientalista enquanto dimensão da cidadania lata, por comparação com outras temáticas sociais. Como é que se diferenciam os portugueses mais ou menos participantes e activos no que diz respeito às suas opiniões, disposições e práticas? Finalmente, tenta-se aferir a opinião dos inquiridos sobre os termos em que deve ser efectuada a responsabilização dos agentes políticos, económicos e sociais e da sua própria intervenção cívica. Qual o papel que defendem para a intervenção do Estado na esfera ambiental?

Orientação ambiental

O conceito de sensibilidade ambiental implica necessariamente a inclusão de uma dimensão emocional e representacional, que não pode ser medida com os elementos do Inquérito. Embora outros autores tenham construído índices de sensibilidade ambiental a partir de elementos semelhantes,⁸ optou-se neste estudo por uma tendência menos ambiciosa.

Assim, em ordem ao tratamento das questões acima apresentadas, sugere-se um novo conceito — orientação ambiental — como cruzamento das várias dimensões atitudinais convocadas no Inquérito. Enquanto componente da sensibilidade ambiental, propõe-se um índice de orientação ambiental dos portugueses. Este inclui quatro dimensões: tenta medir a capacidade

8 Béatrice Hammer (1997), *Baromètre Environnement EDF-DER, Volet Européen: Résultats de l'Enquête de 1997*, Clamart, EDF, Direction des Études et Recherches.

cognitiva de definir com rigor certas problemáticas ambientais; classifica as disposições no sentido de maiores esforços financeiros pessoais a favor do ambiente; avalia a incidência, no quotidiano, de práticas pró-ambientais; procura captar quadros de pensamento sobre a necessidade de mudar hábitos de consumo e estilos de vida em benefício da situação ambiental.

O projecto de índice de orientação ambiental resulta, desta forma, do cruzamento e fusão das seguintes variáveis:

- a) Conhecimento dos conceitos/problemáticas ambientais:
 - sabe definir adequadamente o PDM e dá uma explicação correcta ao buraco na camada de ozono — *orientação ambiental alta*;
 - não sabe definir uma das duas problemáticas — *orientação ambiental média e baixa*

- b) Disposições no sentido de aumentar o esforço financeiro:
 - está disposto a pagar mais por marcas de produtos amigos do ambiente; aceita preços mais altos de modo a que a indústria possa proteger melhor o ambiente; submeter-se-ia a maiores impostos se soubesse que o dinheiro seria usado na protecção do ambiente — *orientação ambiental alta*;
 - está disposto a contribuir com um esforço financeiro pelo menos numa das acções atrás mencionadas — *orientação ambiental média*;
 - não está disposto a ter nenhum esforço financeiro — *orientação ambiental baixa*

- c) Práticas pró-ambientais:
 - economizar energia em casa;
 - usar lâmpadas que gastem menos electricidade;
 - separar o vidro, papel, plástico, pilhas para reciclar;
 - tentar gastar menos água;
 - utilizar papel reciclado;
 - participar numa acção local a favor do ambiente

Se faz uma ou duas destas práticas — *orientação ambiental baixa*; se efectua três, quatro ou cinco destas práticas — *orientação ambiental média*; se leva a cabo cinco ou seis destas práticas — *orientação ambiental alta*.

- d) Orientações relativas a mudanças de estilo de vida indicadas pelo posicionamento perante a alteração dos hábitos de consumo:
 - concorda em parte ou totalmente que seja necessário que as pessoas mudem os actuais hábitos de consumo — *orientação ambiental alta*
 - discorda em parte de que seja necessário que as pessoas mudem os actuais hábitos de consumo — *orientação ambiental média*;

Quadro 4.1 Construção do índice de orientação ambiental

Tipos de orientação	Conhecimentos, disposições e práticas				Orientações face à mudança do estilo de vida
	Conhecimento de conceitos/problemas ambientais	Disposições a pagar	Práticas pró-ambientais	Orientações face à mudança do estilo de vida	
Orientação ambiental alta	Sabe definir PDM e conhece a causa do "buraco de ozono"	Está disposto a pagar as três alíneas	Executa um nível alto de práticas ambientais	Executa um nível alto de práticas ambientais	Considera necessária uma mudança dos hábitos de consumo
Orientação ambiental baixa	Não sabe definir PDM ou não conhece a causa do "buraco de ozono"	Não está disposto a pagar as três alíneas	Não executa um nível alto de práticas ambientais	Não executa um nível alto de práticas ambientais	Não considera necessária uma mudança dos hábitos de consumo

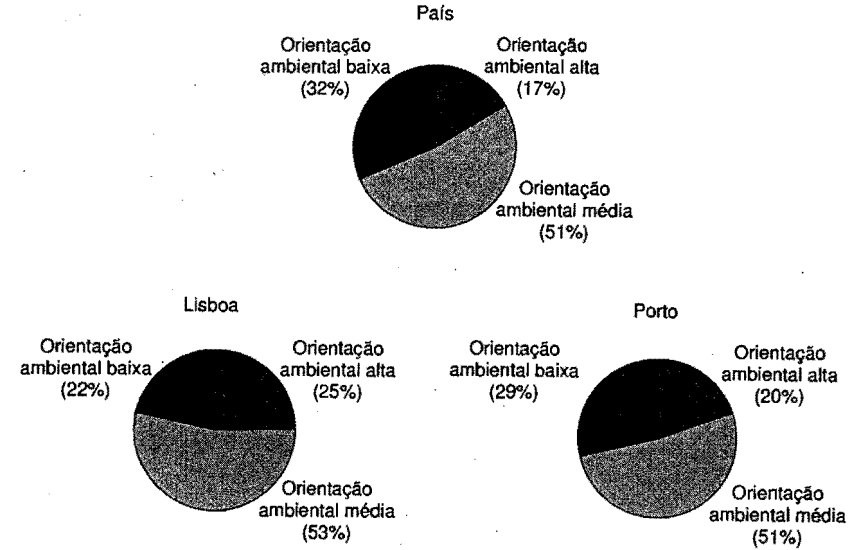


Figura 4.1 Índice de orientação ambiental

— discorda totalmente de que seja necessário que as pessoas mudem os atuais hábitos de consumo — *orientação ambiental baixa*;

Uma vez que, em termos de análise estatística, o índice resulta de múltiplos cruzamentos e da sobreposição de uma série de variáveis, o que favorece a tendência para os inquiridos situarem as suas respostas nos valores centrais, optou-se por considerar com maior incidência na descrição que apresentaremos as polaridades de orientação ambiental "alta" e "baixa" das respostas. Em muitas das questões consideradas, este exercício de polarização foi limitado por um padrão de respostas que reflectiam uma desejabilidade social.

Em sentido geral, verifica-se ser baixa a orientação ambiental dos inquiridos. Quase o dobro dos portugueses revelam uma orientação ambiental baixa (32%) comparativamente aos que revelam orientação ambiental alta (17%). Metade da amostra situa-se na zona "cinzenta" dos valores médios, corroborando a já referida tendência para a resposta menos definida. Veja-se, graficamente, a distribuição das orientações ambientais pelos espaços de referência. Os valores mais elevados de orientação ambiental alta encontram-se nos maiores aglomerados urbanos, com privilégio para Lisboa. Para além de outros factores de caracterização das populações envolvidas que contribuem para distribuir desigualmente a respectiva propensão ambiental — a que mais adiante se voltará — parece concorrer aqui um efeito especificamente

Quadro 4.2 Orientação ambiental baixa**Características**

- têm entre os 24 e os 49 anos;
- são profissionais ou estudantes;
- frequentam ou frequentaram maioritariamente o ensino superior;
- predominantemente pequena burguesia de execução ou técnica de enquadramento;
- de entre os profissionais, são maioritariamente quadros superiores ou das profissões técnicas, intelectuais e intermédias;
- são trabalhadores assalariados;
- auto-avaliam a sua forma de estar na vida em termos de projecto "sociocentrado" (identificam-se com a proposição "Participar com os outros no desenvolvimento do mundo em que se vive, ajudando a construir o futuro através da acção em vários aspectos do quotidiano");
- politicamente, tendem a autoposicionar-se à esquerda do espectro político, mas curiosamente consideram que a actividade económica não deve sofrer intervenções por parte do Estado.

Nota: significativo com um erro inferior a 1%.

Quadro 4.3 Orientação ambiental alta**Características**

- têm mais de 50 anos;
- têm maioritariamente o ensino básico;
- predominantemente membros do operariado e da pequena burguesia de execução;
- são profissionais artesanais ou operários;
- ocupam-se de tarefas domésticas ou são reformados;
- trabalham por conta própria;
- vivem em moradia ou vivenda;
- auto-avaliam a sua forma de estar na vida em termos de "quotidiano autocentrado" (identificam-se com a proposição "Aproveitar individualmente e sem preocupações, no dia-a-dia, as coisas boas da vida");
- recusam-se a responder sobre o seu posicionamento político e, quando o fazem, situam-se preferencialmente ao centro;
- atribuem um papel relevante ao Estado na execução da política económica.

Nota: significativo com um erro inferior a 1%.

urbano, ligado presumivelmente ao quadro de vida e aos particulares problemas e visibilidades que gera.

Uma vez definidos grupos em função das respostas, era interessante caracterizá-los em termos sociográficos de modo a encontrar tipologias de análise, mesmo se tais tipologias, por obrigarem a inúmeras simplificações, devam ser tomadas como meras referências tendenciais. Ensaçando uma identificação⁹ dos portugueses que revelam orientação ambiental alta *versus* orientação ambiental baixa passa-se a revelar ambos os perfis (quadros 4.2 e 4.3).

⁹ Através do cruzamento do índice com as variáveis de caracterização.

Tudo indica que a orientação ambiental aumenta na razão directa da escolaridade. Mais precisamente, à medida que progride o nível de escolaridade, do básico (12,4%) para o secundário (23,1%) e deste para o superior (43,1%), vai duplicando a percentagem de indivíduos que denotam uma orientação ambiental alta. O mesmo tende a aplicar-se, em sentido inverso, para os que manifestam uma orientação ambiental baixa — básico (34,4%), secundário (21,3%), superior (8,8%). Na ausência da dimensão representacional para a caracterização da sensibilidade ambiental, o que estes dados sugerem fortemente é a influência da escolarização enquanto processo de formação social de quadros de pensamento perante os fenómenos ambientais.

O facto de não ser o escalão etário mais baixo aquele que apresenta maior orientação ambiental pode contradizer aparentemente outros resultados do Inquérito, nomeadamente relativos à preocupação com a evolução do ambiente (capítulo 2) e ao conhecimento de práticas ambientais (capítulo 3). A própria composição do índice contribui, porém, para o entendimento do aparente paradoxo, já que nele se incluem dimensões tais como a efectiva prática de acções ambientais e de atitudes dependentes de graus de conhecimento mais exigentes. Assim, o escalão etário que sobressai é o dos 24 aos 49 anos. No entanto, confirma-se que, mesmo perante a inclusão destas dimensões, o agrupamento etário mais jovem apresenta um nível bastante alto de orientação ambiental.

A orientação ambiental alta é, como se viu, caracteristicamente urbana. Tal observação pode confirmar a intuição dos investigadores de que os processos sociais que estão na origem da formação de uma "consciência ambiental" são facilitados pelo processo de urbanização, embora se tenha de levar em linha de conta que é nos meios urbanos que se encontram também mais altos níveis de escolarização. Com efeito, a orientação ambiental alta está claramente sobre-representada em relação à média nacional nos grandes pólos urbanos — Lisboa (26,7%), Porto (19,8%) e Setúbal (19,8%). Integra também este grupo, com uma percentagem considerável, a zona do Baixo Mondego (Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz) (27,7%). Contudo, devem ser salientados outros resultados, como os do Alentejo Litoral, que não permitem reduzir a variabilidade geográfica do índice a uma mera constatação do peso da população urbana em cada região. Analisada a situação a um nível mais macroscópico (NUTIII), fica evidenciada a posição relativa das duas áreas metropolitanas e da região centro, por oposição à regularidade do resto do país.

Quanto à variável sexo, esta não distingue de forma categórica os indivíduos que denotam uma orientação ambiental alta, apesar de o sexo masculino aparecer mais representado que o feminino.

O estudo da relação entre a orientação ambiental e a opinião sobre a evolução futura do ambiente em Portugal e no mundo, indica que quanto menor é a orientação ambiental, maior a percentagem de respondentes que não formulam uma opinião sobre essa mesma evolução. Um traço característico da

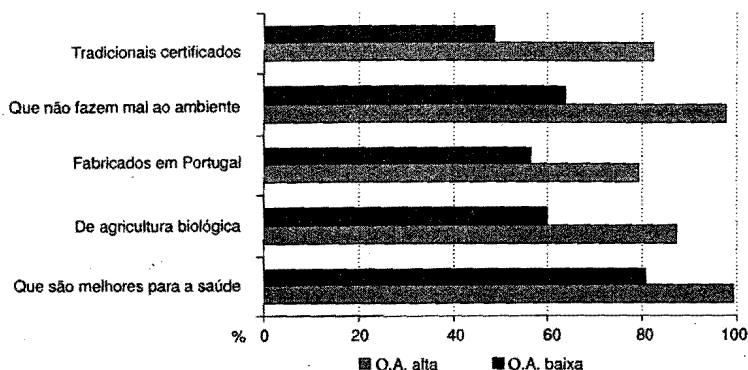


Figura 4.2 Disposição a pagar por produtos...

orientação ambiental alta parece ser a assertividade sobre o futuro do ambiente em Portugal e no mundo. Sendo o pessimismo uma constante ao longo de toda a amostra, ele é mitigado na presença de uma maior orientação ambiental (contrariando assim a ideia de que a orientação pró-ambiental é necessariamente alarmista). A escala geográfica em que é colocado o problema não revela grandes diferenças.

Quanto à relação entre ciência, técnica e ambiente, nota-se uma proporção muito grande de respostas "não sabe/não responde" junto do grupo de baixa orientação ambiental. Ao mesmo tempo, constata-se uma tendência clara para os indivíduos de orientação ambiental alta atribuírem um sentido emancipatório e até optimista ao progresso científico e tecnológico relativamente à questão ambiental. Trata-se, porventura, de uma posição que converge com a estratégia argumentativa do movimento ambientalista português, baseada na contraposição de argumentos científicos e técnicos aos argumentos do poder, em processos como os de Avaliação de Impacte Ambiental, denotando um certo divórcio na realidade portuguesa entre as preocupações (bio) éticas perante o imperativo técnico e a ecologia.

Está patente no grupo de orientação ambiental alta uma vincada desconfiança em relação, por um lado, aos órgãos políticos, como os partidos (70,9%) e o Governo (43,7%) e, por outro, às empresas (73,7%), enquanto fontes de informação fidedignas. O mesmo acontece, embora de forma mais atenuada, no grupo de orientação ambiental baixa. Idêntica similitude entre os grupos é encontrada quando ambos atribuem uma pesada fatia de confiança à televisão, às associações ambientalistas, aos especialistas e investigadores. Um traço que parece distinguir, a este propósito, os respondentes de orientação ambiental alta e baixa é o facto de os primeiros apresentarem um julgamento crítico mais extremado do que os segundos sobre a globalidade das

fontes de informação apresentadas. A quantidade de notícias e programas sobre ambiente na televisão é considerada insuficiente pela globalidade dos portugueses, sendo que praticamente ninguém (1,9%) opina que é excessiva. Contudo, o grupo de orientação ambiental alta é claramente mais assertivo a afirmar esta lacuna de notícias e programas no âmbito das questões ambientais. Questionados sobre vários factores que os levariam a pagar preços mais altos por determinados produtos, verifica-se, para quase todos os factores, uma maior disposição a pagar pelos inquiridos de orientação ambiental alta. Sobre se estariam dispostos a pagar um preço mais elevado por produtos que são melhores para a sua saúde, a unanimidade é quase geral nos dois grupos (92,4%) embora a disponibilidade a pagar se acentue ainda mais por parte de quem denota maior orientação ambiental. Em sentido inverso, uma minoria marcada dos portugueses com orientação ambiental baixa revela não estar disposta a pagar — 16,8%. A mesma situação ocorre quando é perguntado aos portugueses se estão dispostos a pagar mais por produtos de agricultura biológica, embora neste caso se esteja longe da unanimidade — 76,1% favoráveis contra 18,4% que contrariam essa posição. O país de fabrico como factor de preferência dos produtos distingue também bastante os grupos, sendo que o de mais alta orientação ambiental tem clara preferência pelos produtos nacionais.

Como seria de esperar, o grupo de orientação ambiental alta caracteriza-se pela disponibilidade em pagar mais por produtos que não fazem mal ao ambiente — 97,7%. Em sentido contrário, 28,1% dos portugueses de orientação ambiental baixa revelam-se indisponíveis para pagar mais por produtos com essa característica. Refira-se também a percentagem bastante elevada de não respostas neste grupo — 70%. Finalmente, a certificação de produtos tradicionais é favorecida pelo grupo de orientação ambiental alta (82,1%), por comparação com o grupo de orientação ambiental baixa (48,5%).

Ação e activismo ambiental

Qual a participação e activismo ambientalista dos inquiridos? Como é que se diferenciam os portugueses mais ou menos participativos e activos no que diz respeito às suas disposições e práticas? Estas duas perguntas encontram, no Inquérito, alguma informação relevante.

A participação pública é considerada unanimemente importante e necessária na resolução dos problemas ambientais (98,8%), o que parece indicar que o nível de participação dos portugueses não é apenas determinado pela sua disponibilidade para o fazer, mas igualmente pelas oportunidades e processos de participação ao seu dispor. Neste âmbito, as mulheres e os mais

velhos, como em outras dimensões do Inquérito, caracterizam-se por uma maior tendência para a não resposta. A quase unanimidade, verificada na análise estatística, no que respeita à desejabilidade de participação, é praticamente transversal a todos os grupos. Mas a afirmação discursiva da necessidade de participação pública por parte dos portugueses não implica necessariamente um maior envolvimento com os movimentos ambientalistas organizados, como se verá mais adiante.

Para perceber a participação e activismo relativamente a um conjunto de problemas ligados aos direitos humanos, racismo, direitos do trabalho, "exclusão social", "droga", direitos dos animais, património histórico-cultural, saúde e defesa do ambiente, procedeu-se à inquirição do modo e frequência do apoio alguma vez efectuado, com o propósito de caracterizar, por um lado, os diferentes activismos e, por outro, o próprio activismo ambientalista.

Constituíram-se quatro agrupamentos através da unificação de certas respostas: os que responderam que deram dinheiro ou subscreveram abaixo-assinados foram incluídos no grupo que designamos por "participantes não activos"; os que declararam ser sócios, denunciaram uma situação, ou participaram em manifestações e sessões públicas, integram o conjunto dos "activistas"; os que revelaram ter apenas simpatia chamamos "simpatizantes"; e os que responderam que nunca apoiaram organizações com trabalho dentro das áreas referidas foram apelidados "não apoiantes".

Fazendo uma primeira caracterização da amostra em relação às diferentes formas de participação escolhidas, verificaram-se três grandes tendências de resposta. Desde logo, os problemas que fazem destacar um maior índice de participação activa são os direitos do trabalho (país, 12%; Lisboa, 15,8%; Porto, 14,1%) — tal deve-se possivelmente à sindicalização e à tradição de protesto público, durante os anos 70 e 80, nas relações laborais. Em segundo lugar, quer no país quer em Lisboa, surge um activismo ambiental de recorte conservacionista. Em terceiro, no país, aparecem as organizações ligadas à área da saúde; no Porto, a saúde e a exclusão social são apontadas como segunda e terceira áreas de participação. O activismo ambiental está assim bastante bem colocado no confronto com outros interesses públicos em que a participação toma formas diversas.

No conjunto de modos de participação em que a iniciativa não pertence ao inquirido (a subscrição de abaixo-assinados e o donativo de dinheiro que se assume ser geralmente efectuado em peditório), a "exclusão social", a "droga" e a saúde são as questões mais referidas. A tal não será alheia a tradição de peditórios de várias organizações com trabalho neste campo (tais como a Abraço, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Ser, Sol, Remar, Caritas, etc). Verifica-se, neste caso, um resultado fraco das organizações ambientalistas, que se pode imputar à sua falta de tradição na recolha de donativos, à rejeição do valor dinheiro e à ausência de cultura de voluntariado. Todavia, esse resultado é compensado por um maior activismo na captação de apoios em

Quadro 4.4 Modos de participação (país)

Domínio	Participantes não activos		Activistas			Simpatizantes	Não apoiantes	Ns/Nr		
	Deu dinheiro	Subscreveu um abaixo-assinado	Total	É/foi sócio	Participou em manifestações				Denunciou uma situação	Total
Direitos humanos	n 292	n 58	350	25	61	38	124	1.158	595	206
	% 11,9	% 2,4	14,3	1,0	2,5	1,6	5,1	47,3	24,3	8,4
Racismo	n 78	n 23	101	0	50	23	73	1.272	777	205
	% 3,2	% 0,9	4,1	0,0	2,0	0,9	2,9	51,9	31,7	8,4
Direitos do trabalho	n 43	n 24	67	115	125	30	270	1.177	701	0
	% 1,9	% 1,1	3,0	5,1	5,6	1,3	12,0	52,6	31,4	0,0
Exclusão social	n 994	n 8	1.002	29	56	30	115	747	402	121
	% 40,6	% 0,3	40,9	1,2	2,3	1,2	4,7	30,5	16,4	4,9
Droga	n 747	n 17	764	3	86	30	119	843	575	125
	% 30,5	% 0,7	31,2	0,1	3,5	1,2	4,8	34,4	23,5	5,1
Defesa do ambiente	n 116	n 40	156	18	112	28	158	1.319	607	185
	% 4,7	% 1,6	6,3	0,6	4,6	1,1	6,3	53,8	24,8	7,6
Direitos dos animais	n 124	n 24	148	31	43	19	93	1.401	622	162
	% 5,1	% 1,0	6,1	1,3	1,8	0,8	3,9	57,2	25,4	6,6
Problemas do património histórico/cultural	n 146	n 16	162	14	49	17	80	1.262	684	244
	% 6,0	% 0,7	6,7	0,6	2,0	0,7	3,3	51,5	27,9	10,0
Saúde	n 1.242	n 11	1.253	52	61	21	134	556	359	110
	% 50,7	% 0,4	51,1	2,1	2,5	0,9	5,5	22,7	14,7	4,5

Nota: percentagens em coluna (resposta de escolha múltipla)

Quadro 4.5 Modos de participação (Grande Lisboa)

Domínio	Participantes não activos			Activistas				Simpatizantes	Não apoiantes	Ns/Nr	
	Deu dinheiro	Subscreveu um abaixo-assinado	Total	É/foi sócio	Participou em manifestações	Denunciou uma situação	Total				
Direitos humanos	n	71	36	107	10	20	12	42	274	112	33
	%	12,4	6,3	18,7	1,7	3,5	2,1	7,3	47,8	19,5	5,8
Racismo	n	14	11	25	0	27	7	34	319	152	38
	%	2,4	1,9	3,8	0,0	4,7	1,2	5,9	55,7	26,5	6,6
Direitos do trabalho	n	5	10	15	29	46	9	84	294	132	0
	%	0,9	1,9	2,8	5,5	8,6	1,6	15,8	51,3	23,0	0,0
Exclusão social	n	253	3	256	7	25	4	33	163	77	21
	%	44,2	0,5	44,7	1,2	4,4	0,7	6,3	28,4	13,4	3,7
Droga	n	144	9	153	1	28	8	37	238	114	25
	%	25,1	1,6	26,7	0,2	4,9	1,4	6,5	41,5	19,9	4,4
Defesa do ambiente	n	27	16	43	6	36	5	47	332	109	29
	%	4,7	2,8	7,5	1,0	6,3	0,9	8,2	57,9	19,0	5,1
Direitos dos animais	n	47	15	62	12	14	9	35	336	103	31
	%	8,2	2,6	10,8	2,1	2,4	1,6	6,1	58,6	18,0	5,4
Problemas do património histórico/cultural	n	9	4	13	7	18	5	30	340	139	46
	%	1,6	0,7	2,3	1,2	3,1	0,9	5,2	59,3	24,3	8,0
Saúde	n	301	4	305	15	13	9	37	140	66	18
	%	52,5	0,7	53,2	2,6	2,3	1,6	6,5	24,4	11,5	3,1

Nota: percentagens em coluna (resposta de escolha múltipla)

Quadro 4.6 Modos de participação (Grande Porto)

Domínio	Participantes não-activos			Activistas				Simpatizantes	Não apoiantes	Ns/Nr	
	De dinheiro	Subscreveu um abaixo-assinado	Total	É/foi sócio	Participou em manifestações	Denunciou uma situação	Total				
Direitos humanos	n	51	5	56	5	9	4	18	212	66	29
	%	13,3	1,3	14,6	1,3	2,3	1,0	4,6	55,2	17,2	7,6
Racismo	n	12	4	16	0	3	1	4	238	101	22
	%	3,1	1,0	4,1	0	0,8	0,3	0,9	62,0	26,3	5,7
Direitos do trabalho	n	13	3	16	28	19	5	52	210	79	0
	%	3,6	0,8	4,4	7,7	5,2	1,2	14,1	58,0	21,8	0,0
Exclusão social	n	168	3	171	10	7	5	22	130	38	14
	%	43,8	0,8	44,6	2,6	1,8	1,3	5,7	33,9	9,9	3,6
Droga	n	108	2	110	2	12	5	19	174	65	11
	%	28,1	0,5	28,6	0,5	3,1	1,3	4,9	45,3	1,3	16,9
Defesa do ambiente	n	19	9	28	0	13	4	17	241	69	24
	%	4,9	2,3	7,2	0,0	3,4	1,0	4,4	62,8	18,0	6,3
Direitos dos animais	n	22	2	24	7	4	2	13	252	75	17
	%	5,7	0,5	6,2	1,8	1,0	0,5	3,3	65,6	19,5	4,4
Problemas do património histórico/cultural	n	28	4	32	1	9	2	12	233	74	28
	%	7,3	1,0	8,3	0,3	2,3	0,5	3,1	60,7	19,3	7,3
Saúde	n	215	1	216	22	7	1	30	101	26	9
	%	56,0	0,3	56,3	5,7	1,8	0,3	7,8	26,3	6,8	2,3

Nota: percentagens em coluna (resposta de escolha múltipla)

abaixo-assinados. Lembre-se aqui uma certa tradição de abaixo-assinados e petições que remonta à primeira grande campanha deste tipo organizada pela Liga para a Protecção da Natureza, com o objectivo de proteger o lince da Malcata, e continuada por iniciativas como as recentes petições contra as urbanizações no litoral português.

A categoria de simpatizantes inclui, para quase todas as áreas temáticas apresentadas, a grande maioria dos inquiridos. Sendo uma categoria que representa quem simpatiza mas não efectua nenhuma das práticas assinaladas, as áreas temáticas mais referenciadas deverão ser aquelas pelas quais existe um apoio latente, mas não efectivado. Estão neste caso as organizações de defesa dos direitos dos animais e do património histórico-cultural.

Em relação ao agrupamento de não participantes, entendido como segundo grupo residual, isto é, congregando quem nem sequer declara ter simpatia pelas organizações, verifica-se que é sobretudo dominado por um certo "conservadorismo social". Assim, são as organizações anti-racistas e as organizações de defesa dos direitos do trabalho (sindicatos) quem recolhe o maior nível de não participação. Neste quadro afigura-se paradoxal o caso das respostas respeitantes à defesa do património histórico-cultural aparecerem em terceiro lugar. A defesa do ambiente surge também penalizada, embora em muito menor escala que nos primeiros dois casos.

Os resultados obtidos na análise da participação e activismo ambientalista dos portugueses, nomeadamente no âmbito da sua implicação nas organizações ligadas à defesa do ambiente e conservação da natureza, permitem estabelecer uma hierarquia entre os diferentes modos de participação. Recordemos então a tipologia:

- activistas: ser sócio de uma associação ambientalista, participar em manifestações, reuniões, sessões públicas, ou ter denunciado uma situação;
- participantes não activos: ter dado dinheiro ou ter subscrito um abaixo-assinado;
- simpatizantes: manifestam ter simpatia;
- não ambientalistas: não apoiam nenhum movimento ambientalista.

Verificam-se algumas tendências gerais na caracterização sociográfica destes grupos, o que permite a proposta de perfis-tipo simplificados.

Coincidindo com os resultados de questionários semelhantes — por exemplo, o Inquérito Gallup *Health of the Planet* —, verifica-se um pessimismo crescente na avaliação do estado do ambiente à medida que aumenta a escala geográfica para que remete essa avaliação. Esta preocupação atinge, para os activistas, os 99,2% na referência ao mundo, mas cifra-se, para esse mesmo grupo, em apenas 59,6% na região.

O grau de activismo também se encontra associado a essa preocupação:

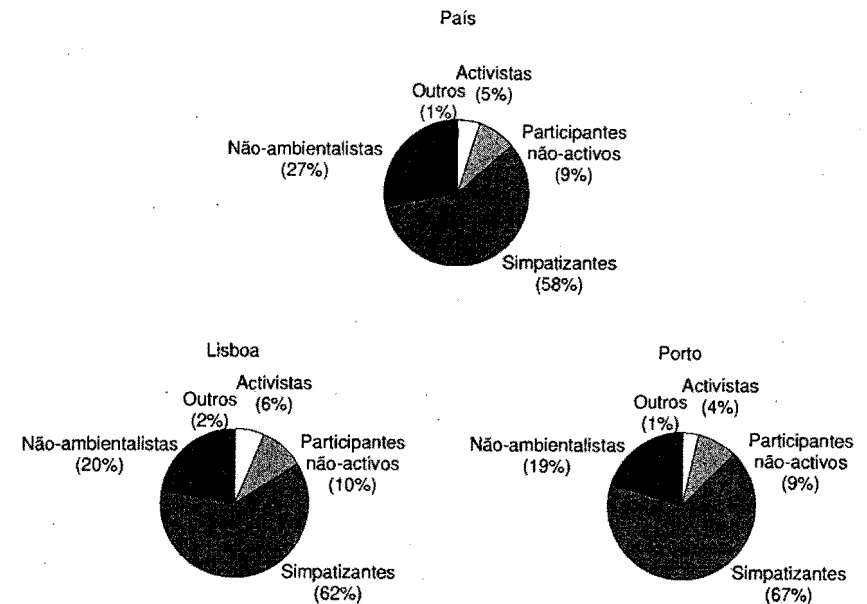


Figura 4.3 Participação e activismo ambiental

quanto maior o activismo, maior a preocupação com o estado do ambiente em todas as escalas. Quanto à evolução futura do ambiente em Portugal, os activistas não parecem distinguir-se do pessimismo geral característico da amostra. Deste modo, não parece ser possível inferir apenas da visão sobre a evolução futura do ambiente o impulso para o activismo ambiental.

Verifica-se uma quase unanimidade nos activistas em pagar mais por produtos "amigos do ambiente" — 91,6%. Esse consenso quebra-se, porém, quando os mesmos inquiridos são confrontados com a possibilidade de pagar mais impostos pela protecção ambiental (72,3%), ou preços mais altos para que a indústria possa proteger melhor o ambiente (77,3%). Tal resultado poderá indicar a fraca confiança depositada no poder político e no mundo empresarial para a resolução dos problemas ambientais. Coerente com dados que analisamos de seguida, o grupo dos não ambientalistas caracteriza-se por uma menor disposição a pagar — quase metade (43,7%) não estaria disposto a pagar mais por produtos "amigos do ambiente".

Em resposta à questão sobre a exigência da participação social para ajudar a resolver os problemas ambientais, esta é inteiramente assumida pelos activistas e participativos, se bem que surja claramente presente em todos os agrupamentos de participação. Os não ambientalistas caracterizam-se pela

Quadro 4.7 Activismo ambiental

Características
Activistas

- são maioritariamente jovens dos 15 aos 23 anos;
- são sobretudo estudantes e profissionais;
- predominantemente pequena burguesia técnica e intermédia e de execução;
- concentram-se no ensino superior e ensino secundário;
- auferem rendimentos sobretudo do trabalho ou estão a cargo da família;
- constituem a maioria clara dos quadros superiores e das profissões técnicas, intelectuais e intermédias;
- distribuem-se nas posições políticas entre esquerda, direita e centro, seguem a distribuição geral do conjunto da amostra;
- os apoiantes dos movimentos ambientalistas tendem a apresentar uma forma de estar na vida "sociocentrada". Simultaneamente, estão também sobre-representados nas categorias que projectam a sua actividade no futuro.

Participantes não activos

- estão distribuídos ao longo de todos os grupos etários, com um ligeiro aumento na classe etária dos mais jovens (15 a 23 anos);
- predominantemente operariado e pequena burguesia de execução;
- são sobretudo profissionais;
- tal como no primeiro grupo, são também maioritariamente "sociocentros"; no entanto, não são animados do mesmo espírito de construção do futuro;
- são sobretudo indivíduos com o ensino básico completo.

Simpatizantes

- pertencem maioritariamente aos grupos etários mais velhos (acima dos 50 anos);
- enquanto profissionais, integram sobretudo a pequena burguesia de execução, onde constituem o segmento fundamental;
- são sobretudo profissionais e reformados;
- constituem a maioria dos indivíduos "autocentros" no quotidiano;
- têm maioritariamente o ensino básico e constituem o grupo mais representado nesse nível de ensino.

Não ambientalistas

- têm mais de 50 anos;
- neste grupo encontram-se a maior percentagem de reformados e domésticas;
- enquanto profissionais, predominantemente membros do operariado;
- não se conseguem posicionar em relação à pergunta sobre a forma de estar na vida;
- têm sobretudo o ensino básico; estão claramente sub-representados no nível de ensino superior.

Nota: significativo com um erro inferior a 1%.

"não resposta" e incluem a maior percentagem de inquiridos que apontam para a minimização da importância da participação pública.

Quanto à concordância com uma afirmação típica de um demissionismo extremo — "Não adianta fazer nada porque os problemas ambientais mais graves não têm solução" — verifica-se que os activistas não partilham de uma tal perspectiva. Essa recusa é menos forte nos outros grupos, sendo que 15,8% dos não ambientalistas concordam em parte ou totalmente com a afirmação.

Quanto às práticas ambientais constata-se para todas (evitar o uso do

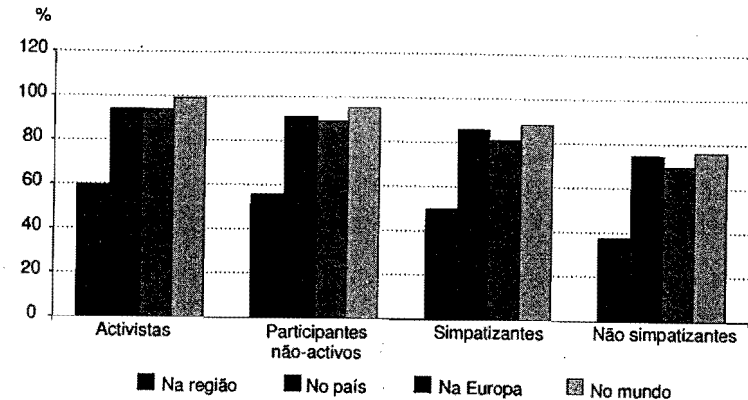


Figura 4.4 Crença sobre a necessidade de participação pública

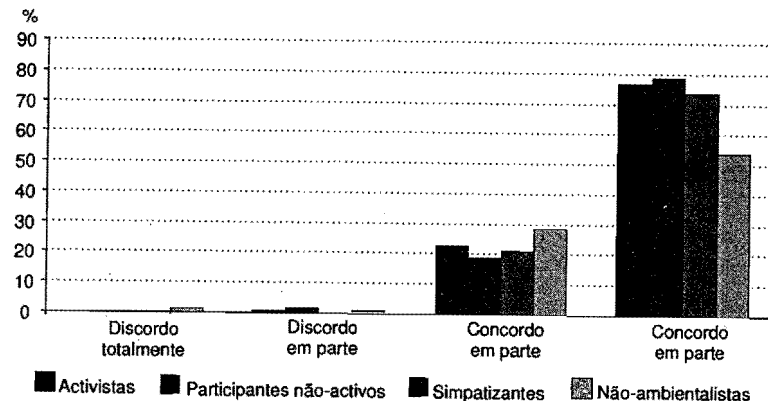


Figura 4.5 Avaliação do estado do ambiente (preocupante e muito preocupante)

carro, adaptar o carro para combustíveis alternativos, economizar a energia em casa, etc.) uma tendência maior para a sua adopção por parte dos activistas. Quanto aos não ambientalistas, é particularmente saliente a tendência para não aderir a práticas ambientalistas relacionadas com o uso do automóvel ou sua adaptação. Já nas disposições que envolvem um ganho económico, como são os casos de economizar energia em casa, gastar menos água ou usar lâmpadas que consomem menos electricidade, essa tendência é menor, ou seja, há uma maior disposição a poupar energia.

Responsabilização: o papel da cidadania e do Estado na acção ambientalista

O plano de tratamento estatístico das perguntas relativas à responsabilização tenta responder ao papel que os inquiridos defendem para a intervenção do estado no ambiente e para a sua própria intervenção. Procurou-se, nesse sentido, verificar os modos e condições da participação pública nas políticas ambientais, seja através da adesão às políticas que envolvem uma responsabilização individual e cívica — particularmente o caso das políticas de recolha selectiva de resíduos —, seja pela participação efectiva nos processos de decisão.

O nível geral de participação dos portugueses em "movimentos sociais" é bastante baixo, a crer nas frequências das respostas ao tipo de posicionamento perante as diferentes organizações que operam na defesa do ambiente e conservação da natureza. Mas a principal conclusão a retirar da figura apresentada é o grande capital de simpatia de todas estas organizações, junto com o aspecto residual dos sentimentos de antipatia. Essa simpatia não se revela através dos diferentes modos de participação, em particular nos mais activos, aqueles que implicam uma iniciativa e disponibilidade maior. Mesmo para os problemas considerados mais prementes pelos portugueses, como a "droga" ou a saúde, a participação tende a ser apenas efectuada pelo contributo monetário.

Apesar daquela tendência, o ambiente revela-se uma das áreas onde os modos de participação activa, como a participação em manifestações ou reuniões, assume maior importância. Os indivíduos activos são maioritariamente mulheres (60,3%), jovens dos 15 aos 23 anos (41,2%), mais escolarizados e de posicionamento político de "esquerda". O grupo dos que se autocalificam como indiferentes aos movimentos ambientalistas são tendencialmente integrantes dos grupos etários intermédios e com baixos níveis de escolaridade. Os que se demarcam por antipatizar com estes movimentos são os mais idosos, menos escolarizados e que se posicionam à "direita" no espectro político. O grupo dos que simpatizam não é discriminado pelas variáveis sociográficas mais relevantes. A diferença marcante, a este respeito, entre a amostra de Lisboa e a do Porto, reside no superior número de simpatizantes na capital, em detrimento dos que não sabem ou não respondem à pergunta sobre o seu autoposicionamento, o que talvez derive do maior nível de escolaridade e concomitante mobilização cognitiva por parte dos cidadãos de Lisboa. O autoposicionamento dos inquiridos em geral na sua relação com as organizações ambientalistas confirma aquela tendência: se estas organizações atingem níveis realmente elevados de simpatia, o mesmo não sucede com os níveis de activismo.

No que respeita ao conhecimento dos portugueses sobre as organizações ambientalistas, dois terços respondem que já ouviram falar destas organizações

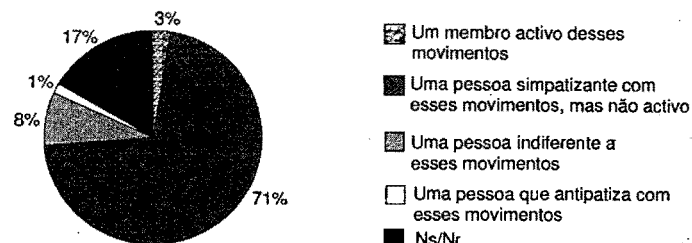


Figura 4.6 Autoposicionamento (Porto)

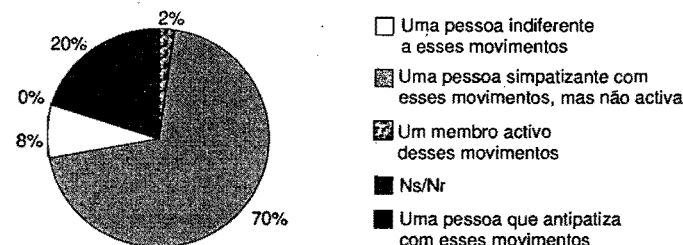


Figura 4.7 Autoposicionamento (Lisboa)

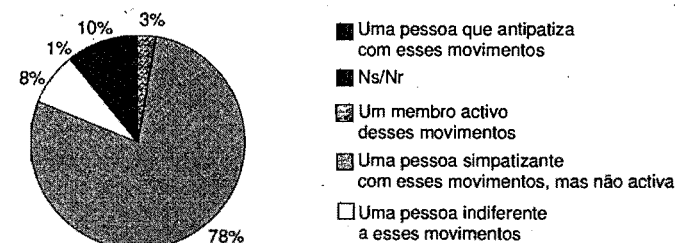


Figura 4.8 Participação e activismo ambiental

sabendo referenciá-las. Das 3.300 respostas, a Quercus é a organização mais citada (22,7%), o Partido Ecologista "Os Verdes" obtém o segundo lugar (17,5%) e a Greenpeace aparece logo a seguir (17%), surgindo depois outras organizações nacionais e internacionais.

O Inquérito incluiu igualmente um grupo específico de perguntas, já mencionado, sobre as acções individuais que, pela sua natureza ou objectivo, tendem a proteger o ambiente. Assim, foi perguntado aos portugueses se já

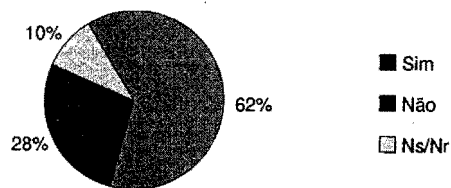


Figura 4.9 Conhecimento de associações ambientalistas

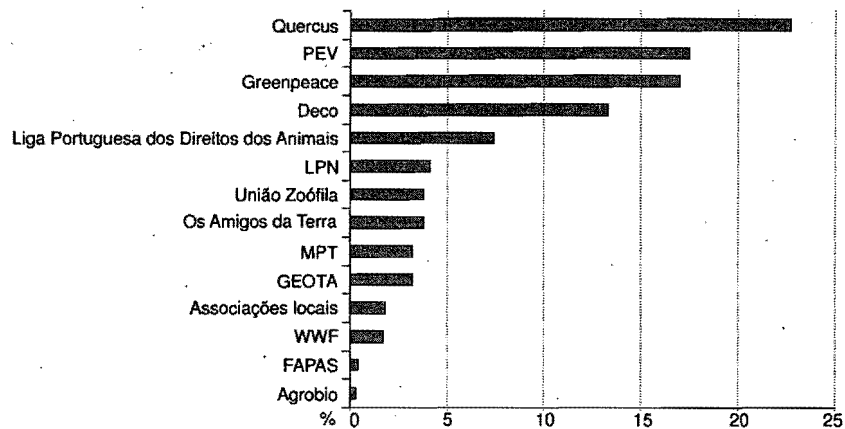


Figura 4.10 Organizações ambientalistas conhecidas

fizeram ou se estariam dispostos a realizar vários tipos de acções com aquele tipo de objectivo.

Uma vez mais, os inquiridos demonstram um nível relativamente baixo de práticas já realizadas, embora manifestem ao mesmo tempo uma grande disponibilidade para no futuro as adoptar. A excepção à tendência para a pequena adesão a este tipo de práticas encontra-se nas actividades que resultam dos hábitos de economia doméstica, tais como a poupança de água e acções já conotadas como correntes — separação do lixo e utilização de papel reciclado. Relativamente a economizar energia em casa, as mulheres (76,5%) e os idosos (83,8%) tomam a dianteira nos hábitos de poupança, apesar de os homens parecerem mais predispostos a mudar futuramente os seus hábitos de desperdício. Os jovens (33,8%) são aqueles que mais manifestam a disponibilidade para vir a adoptar diferentes hábitos de utilização de energia.

Evitar andar de carro e adaptá-lo para combustíveis alternativos, como o Gás Propano Líquido, são as práticas ambientais, sem margem para dúvidas,

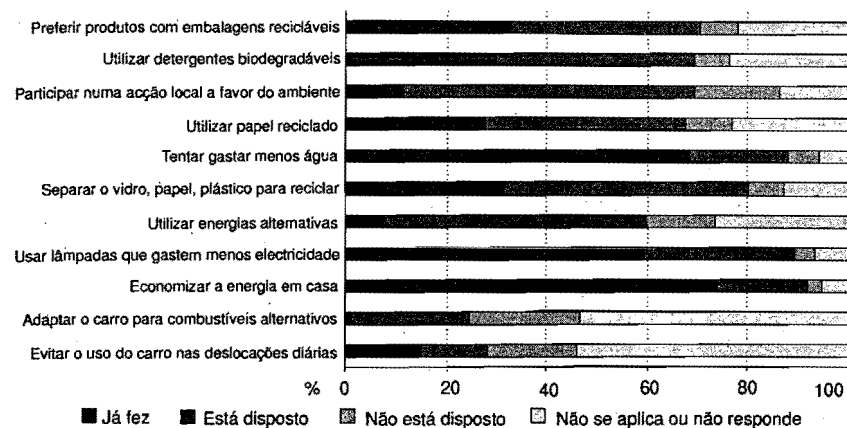


Figura 4.11 Acções realizadas ou que estaria disposto a realizar para proteger o ambiente

mais difíceis de tomar, e aquelas que mais resistências acarretam (15,1% e 1,4% respectivamente). Apesar disso, nota-se uma tendência para a predisposição em alterar os hábitos com vista a reduzir o impacto do automóvel no ambiente (13% e 23%). Constata-se ainda que aqueles que utilizam o carro nas suas deslocações de trabalho ou estudo são os que mais resistência oferecem à alteração de hábitos induzida por uma preocupação ambiental (16,8%).

A separação do lixo é prática já razoavelmente assumida por uma faixa relativamente elevada da população inquirida (31,4%) que mostra ter uma aceitação muito grande, mesmo por aqueles que ainda não separam os materiais para deposição (48,6%). Os jovens, em particular, e apesar de não serem os que mais praticam a separação do lixo, são os que estão sobretudo sensibilizados para vir a adoptar uma tal prática (54,4%) o que pressagia talvez uma evolução favorável da mesma. Utilizar papel reciclado é também uma prática assumida cada vez mais pelos jovens (46,7%) enquanto que nos grupos etários mais velhos a percentagem desce aos 9%. Os que já participaram numa acção local a favor do ambiente distribuem-se entre os vários grupos etários, embora a predisposição para participar em acções futuras seja claramente predominante entre os jovens (70,9%).

Verifica-se também que as práticas menos discriminatórias de entre as elencadas, em termos dos grupos de orientação ambiental definidos no primeiro ponto, coincidem com hábitos de economização, enquanto que a participação em acções locais a favor do ambiente são claramente distintas do grupo de orientação ambiental alta.

Quando questionados sobre a necessidade de adoptar hábitos de consumo diferentes dos actuais, a grande maioria dos portugueses (82,1%) manifesta-se adepta da mudança de estilo de vida, 13,4% não manifesta opinião e

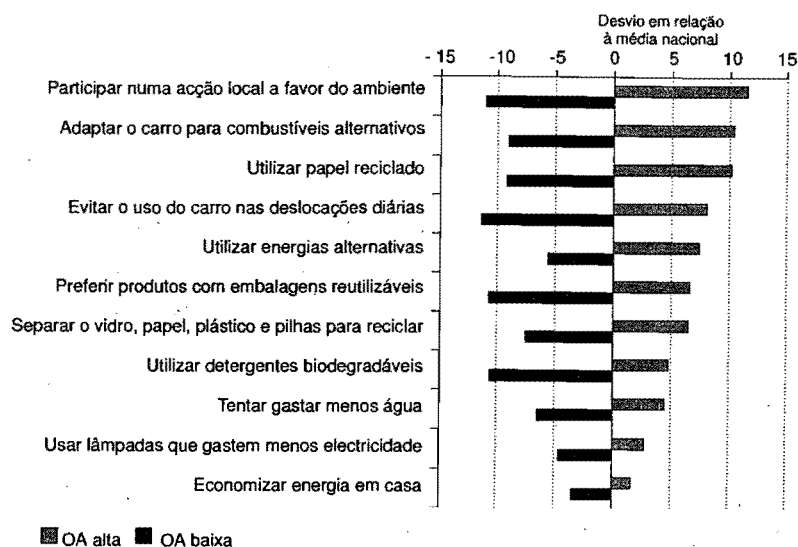


Figura 4.12 Acções realizadas ou que estaria disposto a realizar para proteger o ambiente segundo a orientação ambiental

apenas 4,6% manteria os actuais hábitos de consumo. Verifica-se que a população mais jovem — 15 a 23 anos (92,5%) —, mais escolarizada — ensino superior (98%) — e mais à “esquerda” no espectro político (87,4%), está mais sensibilizada para a necessidade de mudança dos hábitos de consumo.

Os portugueses não manifestam, de modo geral, um pessimismo radical. Em resposta à questão relativa à solução dos problemas do ambiente, a concordância com uma afirmação típica de um pessimismo extremo — “não adianta fazer nada porque os problemas ambientais mais graves não têm solução” — verifica-se sobretudo nas mulheres (55,8% concordo totalmente; 61,8% concordo em parte), nos inquiridos mais idosos (35,8% concordo totalmente; 22,2% concordo em parte) e com o ensino básico (68,5% concordo totalmente; 74,9% concordo em parte). Esta opinião não é, porém, partilhada pelos portugueses que têm entre 15 e 23 anos (23,7% discordam totalmente) e que têm o ensino superior e/ou secundário (15,8% e 19,9%).

Inquiridos sobre a principal razão para pouparem água, cerca de metade dos portugueses (55,1%) revela que esta poupança se inscreve na preocupação ambiental de a não desperdiçar e 32,1% aponta o princípio económico da poupança. O não desperdício ambiental é a principal razão assinalada pelos mais jovens (68,5%) e mais escolarizados (77,7% ensino superior e 67,8% ensino secundário) que poupam ou estão dispostos a poupar aquele recurso.

Quadro 4.8 “Não adianta fazer nada porque os problemas ambientais mais graves não têm solução.”

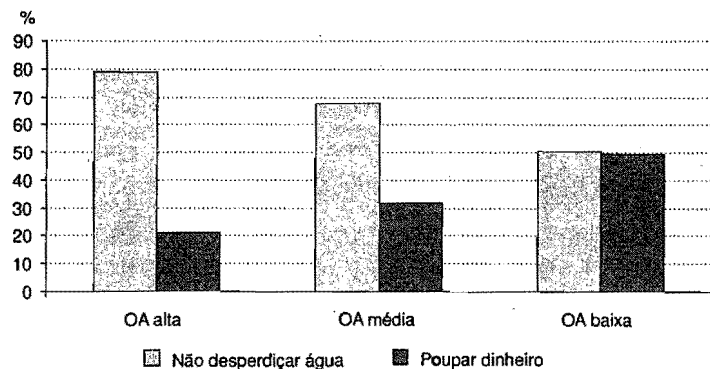
		País		
Discordo totalmente	n	1.358		
	%	55,4		
Discordo em parte	n	441		73,4
	%	18		
Concordo em parte	n	207		
	%	8,4		
Concordo totalmente	n	95		12,3
	%	3,9		
Ns/Nr	n	349		
	%	14,2		
		Grande Lisboa e Península de Setúbal		
Discordo totalmente	n	381		
	%	71,9		
Discordo em parte	n	102		91,1
	%	19,2		
Concordo em parte	n	30		
	%	5,7		
Concordo totalmente	n	17		8,9
	%	3,2		
Ns/Nr	n	43		
	%	7,5		
		Grande Porto		
Discordo totalmente	n	182		
	%	56,2		87,0
Discordo em parte	n	100		
	%	30,9		
Concordo em parte	n	31		
	%	9,6		
Concordo totalmente	n	11		13,0
	%	3,4		
Ns/Nr	n	60		
	%	15,5		

A orientação ambiental acompanha, por conseguinte, a preocupação com o desperdício de água; por sua vez, a poupança económica é uma preocupação distintiva do sexo feminino (60,4%), dos portugueses mais idosos (39,3%) e dos menos escolarizados, isto é, que possuem no máximo o ensino básico (68,9%).

Verifica-se o assentimento geral quanto à importância do prazo de validade nos produtos alimentares (95,4%). A quase unanimidade impõe-se

Quadro 4.9 Razão principal para poupar água

Razão principal	n	%
Não desperdiçar água	1.351	55,1
Poupar dinheiro	786	32,1
Não se aplica	77	3,1
Outra razão	26	1,1
Ns/Nr	62	2,5

**Figura 4.13** Razão principal para poupar água segundo a orientação ambiental

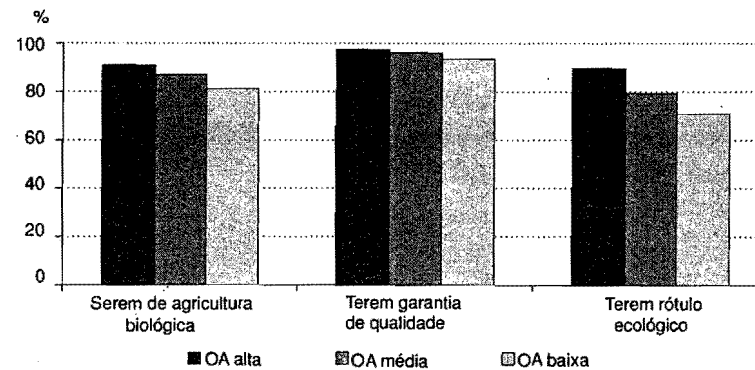
igualmente quando se trata da garantia de qualidade (90,8%), e de serem de produção tradicional e caseira (88,9%). Por outro lado, o consumidor manifesta estar cada vez mais sensível a aspectos tais como a agricultura biológica (77,1%) e o rótulo ecológico (63,7%). A atenção prestada a factores ecológicos no acto do consumo de produtos alimentares ganha proporções mais destacadas sobretudo nos portugueses com níveis de escolaridade elevados (80,1% e 82,2%) e nos grupos etários jovens (79,8% e 83,2%).

O cruzamento das respostas a esta pergunta por grupos de orientação ambiental revela que a única quebra na quase unanimidade da atribuição de importância aos factores referidos só se verifica no caso do rótulo ecológico, com alguma incidência para o de orientação ambiental baixa. De notar que a análise estatística dos outros factores (produtos tradicionais e fabricados em Portugal) não revelou uma relação significativa.

É sabido que não é apenas o prazo de validade e a garantia de qualidade dos produtos que condiciona a defesa do consumidor. Em relação à disposição para pagar um preço mais alto por determinados produtos essa defesa consegue impor para quase todos os portugueses (89,9%) a importância de

Quadro 4.10 Critérios de consumo alimentar (importante e muito importante)

Critérios	n	%
Estarem dentro do prazo de validade do produto	2.337	95,4
Terem garantia de qualidade	2.224	90,8
Serem de produção tradicional e caseira	2.179	88,9
Serem de agricultura biológica (sem químicos)	1.889	77,1
Terem rótulo ecológico (embalagens recicladas e/ou recicláveis)	1.560	63,7

**Figura 4.14** Critérios de consumo alimentar (importante e muito importante) segundo a orientação ambiental

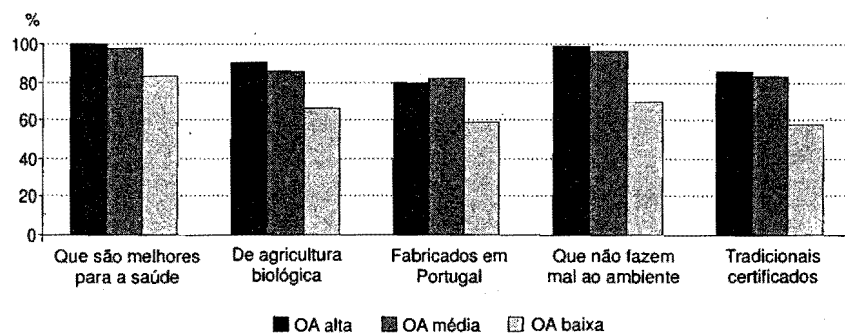
serem melhores para a saúde.

Os inquiridos revelam também estar cada vez mais predispostos a pagar por produtos agrícolas sem químicos (72,2%) e sobretudo que não fazem mal ao ambiente (81,1%), o que vem corroborar os resultados de um inquérito aplicado em 1997 (Béatrice Hammer) no sentido de uma crescente orientação dos portugueses para a protecção do ambiente, principalmente entre os mais jovens (79% e 92,1%) e os que cumpriram o ensino superior (79,3% e 96%). Os produtos nacionais e a certificação figuram assim no carrinho de compras dos portugueses, para grupos específicos, é certo, mas significativos.

Quando se trata de avaliar os serviços públicos de ambiente na sua localidade, surgem mais críticas no que se refere à limpeza dos locais públicos do que à frequência da recolha de lixo. O problema do lixo parece começar a ser menos dramatizado entre as preocupações ecológicas dos portugueses, pelo menos nas zonas menos densamente urbanizadas. Com efeito, analisando esta pergunta pela grelha das Unidades Estatísticas Territoriais (NUTII), verifica-se que os portugueses mais satisfeitos, tanto com a frequência da recolha

Quadro 4.11 Disposição para pagar um preço mais alto

Produtos	Sim		Ns/Nr	
	n	%	n	%
Que são melhores para a saúde	2.203	89,9	79	3,2
Que não fazem mal ao ambiente	1.986	81,1	181	7,4
De agricultura biológica (sem químicos)	1.770	72,2	244	10
Fabricados em Portugal	1.719	70,2	134	5,5
Tradicionalistas certificados	1.566	63,9	386	15,8

**Figura 4.15** Disposição para pagar um preço mais alto segundo a orientação ambiental

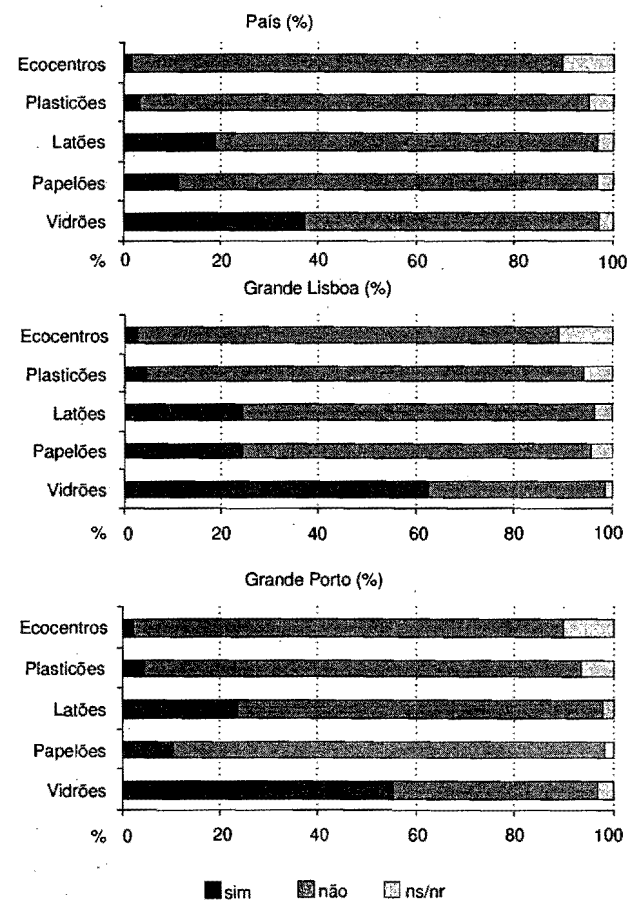
do lixo como com a limpeza dos locais públicos, são os do Alentejo (76,5% e 68,9%), da Madeira (78% e 79,7%) e dos Açores (86,7% e 65,7%). Pelo contrário, nos residentes de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, destaca-se uma avaliação muito negativa, sendo a limpeza dos locais públicos o aspecto que mais enfatizam criticamente.

Em relação à utilização de equipamentos de recolha selectiva de resíduos, nota-se uma elevada difusão da utilização rotineira e quotidiana do vidro, mas um desconhecimento de outras estruturas de recolha selectiva. Por sua vez, a utilização sistemática ou regular dos vidrões coincide em grande medida com a noção de proximidade dos equipamentos. O efeito geracional e escolar evidencia-se também aqui. De facto, são os mais novos que têm conhecimento da existência destes equipamentos selectivos de lixo e que mais os utilizam. No extremo oposto, encontram-se os indivíduos mais velhos e com menor grau de escolaridade, que não só não os utilizam, como também não manifestam ter alguma noção da sua existência.

A distribuição dos pontos de recolha selectiva é entendida de forma mais positiva pela população de Lisboa, onde 63,7% afirma ter um vidro

Quadro 4.12 Satisfação com a recolha do lixo e a limpeza dos locais públicos

	Pouco ou nada satisfatória		Bastante ou totalmente satisfatória		Ns/Nr	
	n	%	n	%	n	%
Frequência da recolha de lixo	808	65,6	1.606	32,8	36	1,6
Limpeza dos locais públicos	1.327	43,2	1.059	54,2	64	2,6

**Figura 4.16** Existência de equipamentos de recolha selectiva de resíduos

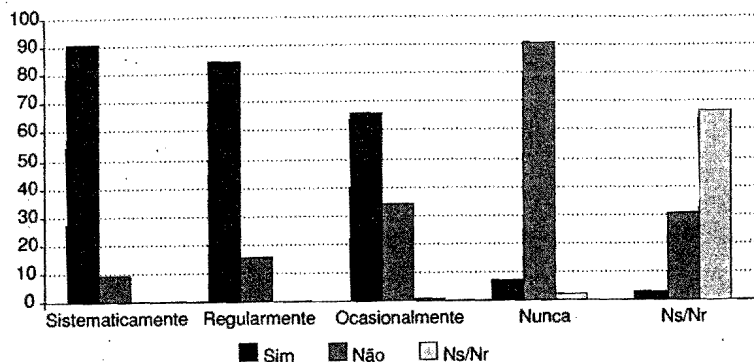


Figura 4.17 Frequência de utilização do vidro

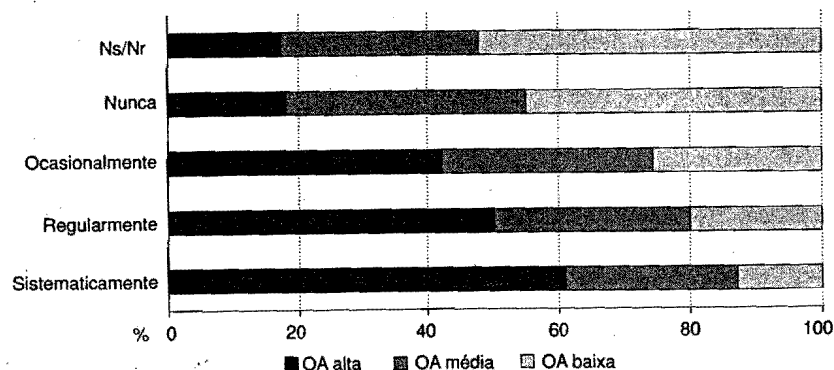


Figura 4.18 Frequência de utilização do vidro segundo a orientação ambiental

próximo de sua casa (Porto 55,5%; país 37,3%) o mesmo sucedendo em menor medida para os outros sistemas de recolha. Tudo indica que a utilização dos diferentes sistemas de recolha relaciona-se com a percepção da sua proximidade. Em concreto, os sistemas de recolha selectiva distinguem-se quanto à sua utilização sistemática entre dois grupos: por um lado, aqueles cuja utilização é fortemente determinada pela sua proximidade (como é o caso dos ecocentros e latões), por outro, aqueles que por força de estarem já a entrar nos hábitos dos portugueses, não dependem tanto da percepção da sua proximidade (como são os vidros e, em menor medida, os papelões). Se, no Porto, a utilização sistemática dos vidros é menos assídua e recobre menos pessoas, essa utilização está mais relacionada com a distância a que se encontram disponíveis estes

sistemas de recolha selectiva. Já em Lisboa aumenta a disparidade entre as percentagens de utilizadores sistemáticos dos vidros e dos papelões em relação aos que afirmam ter estas estruturas próximas de suas casas.

As três acções que os portugueses consideram prioritárias para a intervenção do Governo com vista à resolução dos problemas ambientais são: "apoiar a educação ambiental" (15%), "fazer leis de protecção ambiental mais rígidas para o comércio, indústria e agricultura" (14,3%) e "fiscalizar seriamente o cumprimento da legislação ambiental (14,2%)". Depois, com valores muito próximos destes, surge a "proibição da venda de produtos que prejudiquem o ambiente" (12%) e a necessidade e urgência de "dar mais informação aos cidadãos" (10%). As acções tecno-científicas que dizem respeito a "financiar as autarquias para projectos relativos ao ambiente" (5,2%), "promover o desenvolvimento de novas tecnologias respeitadoras do ambiente" (6%) e "subsidiar as empresas que protegem o ambiente" (7,6%) merecem menor destaque.

Aqueles que reclamam, por um lado, um Estado mais proibicionista e fiscalizador para resolver os problemas ambientais e, por outro, desejam que lhes seja proporcionada mais informação e educação ambiental, são sobretudo os menos escolarizados (67,2%), mais idosos (25,2%) e posicionados à "direita" no espectro político (19,6%). O "desenvolvimento de novas tecnologias respeitadoras do ambiente" e o "financiamento das autarquias para projectos relativos ao ambiente" constituem acções marcadamente representadas nos que têm o ensino superior (24,9%), nos mais jovens (28,2%) e que se auto-posicionam à "esquerda" (22,6%).

A relação com as políticas ambientais é mediada no Porto por uma atitude mais liberal e menos intervencionista. A população de Lisboa reivindica um apoio de tipo estrutural aos diferentes actores políticos. Analisando por grupos de orientação ambiental, denota-se que quanto maior é a orientação ambiental, maior a atitude pró-intervencionista por parte do Estado; neste item, uma vez mais, a orientação ambiental baixa destaca-se pelo elevado número de não respostas (72,3% do total nacional de não respostas, contra 0,9% do grupo de orientação ambiental alta).

No que diz respeito à percepção sobre a preocupação ambiental por parte dos partidos políticos com assento parlamentar, os portugueses destacam o Partido Ecologista "Os Verdes", um resultado de certo modo esperado dada a conotação ambientalista directa do Partido evidenciada, aliás, numa outra pergunta do questionário ("Já ouviu falar de algumas organizações e associações que trabalhem na defesa do ambiente?"). De todas as maneiras, constata-se uma grande tendência de não respostas por parte dos dois grupos de orientação ambiental. Pese a característica dominante do grupo de orientação ambiental baixa ser exactamente o seu alto nível de não respostas, este resultado poderá indicar uma dificuldade em associar o actual espectro político-partidário, seus discursos e programas às preocupações ambientais. Recorde-se que, como

Quadro 4.13 Acções que o Governo pode realizar para resolver os problemas do ambiente

Acções	País		Grande Lisboa		Grande Porto	
	n	%	n	%	n	%
Apoiar a educação ambiental	974	15	262	16,4	146	14,8
Fazer leis de protecção ambiental mais rígidas para o comércio, indústria e agricultura	930	14,3	258	16,2	143	14,5
Fiscalizar seriamente o cumprimento da legislação ambiental	922	14,2	234	14,7	144	14,6
Proibir a venda de produtos que prejudicam o ambiente	784	12	173	10,8	85	8,6
Dar mais informação aos cidadãos	654	10	134	8,4	81	8,2
Multar claramente os prevaricadores às leis ambientais	621	9,6	166	10,4	108	11
Subsidiar as empresas que protegem o ambiente	494	7,6	117	7,3	85	8,6
Promover o desenvolvimento de novas tecnologias respeitadoras do ambiente	390	6	117	7,3	45	4,6
Financiar as autarquias para projectos relativos ao ambiente	337	5,2	78	4,9	65	6,6
Ns/Nr	393	6	57	3,6	82	8,3

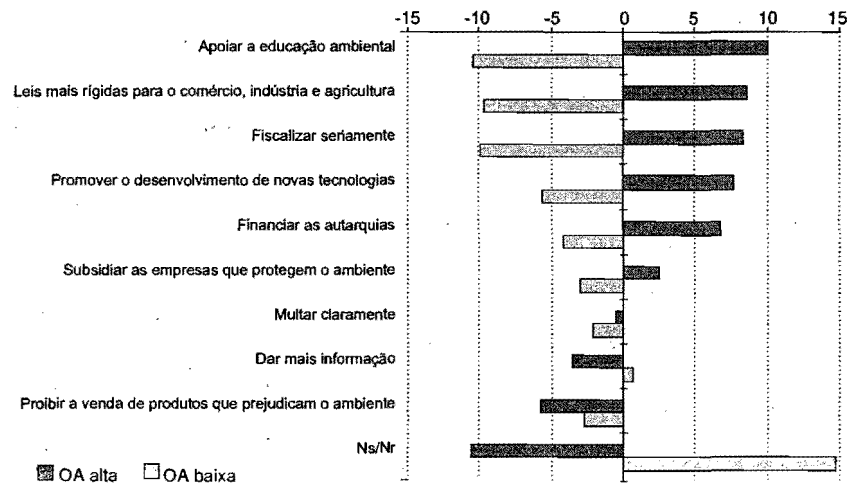


Figura 4.19 Acções que o Governo pode realizar para resolver os problemas do ambiente segundo a orientação ambiental

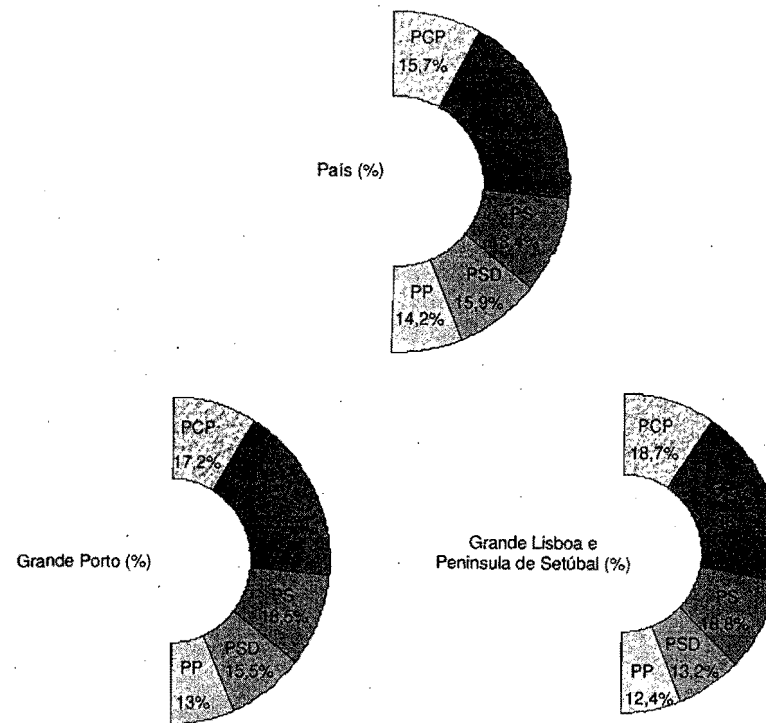


Figura 4.20 Grau de preocupação (preocupado/muito preocupado) dos partidos políticos com os problemas do ambiente (parlamentos da preocupação ambiental)

já se deixou patenteado, é depositada uma menor confiança nos partidos políticos enquanto fonte de informação sobre a problemática ambiental.

A ordenação dos partidos quanto ao seu grau de preocupação é caracterizada pelo primeiro lugar do Partido Ecologista "Os Verdes" nos dois grupos que temos vindo a analisar; o Partido Socialista aparece classificado em segundo lugar; em terceiro, o grupo de orientação ambiental baixa coloca o Partido Social Democrata, enquanto o grupo de orientação alta coloca o Partido Comunista Português.

Sobre a responsabilidade que cada uma de várias entidades apresentadas têm, pela sua capacidade específica, para contribuir para a resolução dos problemas ambientais nacionais, os resultados comprovam que, para a maior parte, o ambiente é uma matéria que reclama a intervenção do Estado, acima de tudo do poder central (Ministério do Ambiente e Governo), mas também do poder local (autarquias). No entanto, a necessidade de maior responsabilização por parte

da sociedade civil é evidenciada quando os portugueses depositam igualmente grande confiança na intervenção de cada um individualmente. São os mais novos que tendem a valorizar a implicação dos cidadãos na resolução dos problemas ambientais, responsabilizando depois as associações ambientalistas. Os mais velhos tendem a enfatizar o papel das autarquias e do Governo. Os mais escolarizados, além da acção de cada um, esperam e confiam acima de tudo no papel socializador e pedagógico das escolas e demais agentes de socialização, tanto mais quanto o pedido de informação surge como um dos problemas com maior relevo no que respeita ao ambiente. Quanto aos cientistas, quase ninguém espera uma contribuição relevante, o que não deixa de ser curioso, quando a amostra tinha manifestado uma certa adesão ao poder prometeico da ciência e da técnica.

De modo a compreender melhor a perspectiva dos inquiridos em termos de responsabilização, de uma lista de doze entidades pediu-se que escolhessem três a que recorreriam de imediato no caso de quererem denunciar uma descarga poluente na água ou qualquer outro atentado ambiental. Uma entidade surge de imediato a merecer especial destaque: a autarquia (26,2%). São os indivíduos com mais de 50 anos, com graus de escolaridade mais baixos e que vivem sobretudo no Norte (36,8%) que mais esperam o contributo das autarquias. É com o poder local que os portugueses principalmente contam para enfrentar os problemas ambientais, embora também confiem, com incidência nas camadas menos escolarizadas (71,5%), na Polícia e no Ministério do Ambiente. Os mais jovens (32,8%) e escolarizados (18,6%) depositam confiança fundamentalmente na acção das organizações ambientalistas.

De uma lista de onze problemas que deveriam ser resolvidos pelos governos — em que cinco eram relativos ao ambiente — pediu-se que os inquiridos escolhessem os três que consideravam mais importantes. No ordenamento resultante, para cada um dos grupos de orientação que se tem vindo a diferenciar, os itens ambientais só surgem depois das questões da saúde, "droga", segurança e ensino. Os itens ambientais aparecem apenas a partir da quinta e da sexta posição; nomeadamente, no grupo da orientação ambiental alta, destacam-se nesses lugares as referências à poluição e destruição da natureza; no grupo de orientação ambiental baixa são citados o excesso de lixo e também a poluição.

Inquiridos sobre as principais causas para o problema da poluição da água, as descargas efectuadas pelas indústrias são as mais fortemente responsabilizadas pelos dois grupos de orientação ambiental. Trata-se de uma tendência crítica muito forte, que surge ligeiramente acentuada nos indivíduos com orientação ambiental alta (orientação ambiental alta — 75%; orientação ambiental baixa — 66%). Em segundo lugar, são referidos os pesticidas usados na agricultura (orientação ambiental alta — 31,1%; orientação ambiental baixa — 34,6%).

Quando questionados sobre se o Estado e as autarquias podem impor,

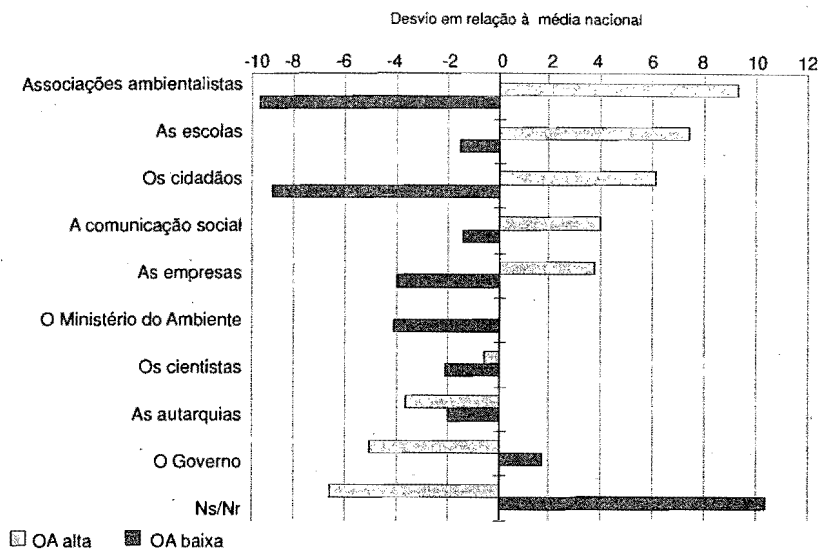


Figura 4.21 Entidades que podem, pela sua acção, contribuir para a resolução dos problemas ambientais, segundo a orientação ambiental

por razões de protecção do ambiente, uma série de medidas de preservação, verifica-se um quadro geral de concordância com as medidas apresentadas. Esta concordância torna-se numa quase unanimidade quanto à responsabilização das fábricas a pagar pela poluição que fazem. Contudo, os grupos de orientação ambiental diferenciam-se em relação aos limites a impor à construção a proprietários de terrenos, a fechar fábricas poluidoras quando essa circunstância ocasiona desemprego e a reprovar certos projectos de urbanização turística para o litoral. Constata-se que, no que diz respeito a limites que impliquem consequências gravosas para os próprios e a acções que impliquem responsabilidades pessoais, os grupos identificados distinguem-se mais claramente.

Sobre as causas principais do problema dos lixos/resíduos, os inquiridos responsabilizam individualmente cada cidadão, pela sua falta de civismo, e as empresas, pela sua desresponsabilização dos danos ambientais que causam. Tal é válido para os dois grupos em questão. No entanto, o grupo de orientação ambiental baixa é particularmente crítico quanto às autarquias e à sua capacidade de gestão, o que pode reflectir quer a sua preocupação concreta com o problema do lixo, já evidenciado na resposta à pergunta anterior, quer o facto de depositarem uma enorme expectativa no poder local. O grupo de orientação ambiental alta revela, por seu turno, preocupação com a falta de

Quadro 4.14 "No caso de querer denunciar uma descarga poluente na água, ou qualquer outro atentado ambiental, a quem recorreria de imediato?"

Entidades	n	%
Autarquia/ Câmara	1.743	26,0
Polícia/ guardas	964	14,1
Ministério do Ambiente e seus organismos	845	12,3
Organização ambientalista	797	11,6
Delegado de saúde/ médico	711	10,4
Bombeiros	643	9,4
Comunicação social	556	8,1
Governo / Governo Regional	211	3,1
Tribunais / Ministério Público	81	1,2
Provedor de Justiça	52	0,8
Partido político	32	0,5
Assembleia da República / deputados	28	0,4
Ns/Nr	180	2,6

Nota: % sobre total de citações

estruturas que incentivem a reciclagem e a reutilização, evidenciando uma percepção mais geral do problema.

Foi também solicitada a escolha de três grupos de entidades que podem, pela sua acção, contribuir para a resolução dos problemas ambientais nacionais a partir de uma lista fornecida. O ordenamento das respostas é o seguinte: em primeiro lugar, surge a responsabilização individual dos cidadãos; em segundo, o Ministério do Ambiente; em terceiro, as autarquias. O grupo de orientação ambiental mais baixa destaca-se por responsabilizar mais os órgãos da Administração Central e Local, enquanto os de orientação ambiental alta tendem a responsabilizar mais as associações ambientais e os cidadãos individualmente.

No que diz respeito à actuação do Governo no campo das políticas efectivas que pode desenvolver para enfrentar os problemas ambientais, pediu-se que fossem seleccionados três de entre um grupo de acções diversas. As respostas mais enunciadas foram o apoio à educação ambiental, a fiscalização séria e a elaboração de leis de protecção ambiental mais rígidas. A tendência clara nas respostas a esta pergunta combina o apelo a uma intervenção pedagógica mas também jurídico-penal mais forte por parte do Estado.

Em relação ao posicionamento sobre o papel do Estado, não se encontram diferenças vincadas entre os vários grupos de participação e activismo, em concreto quando os inquiridos são interrogados sobre a intervenção do Estado no sistema económico. Pelo contrário, quando inquiridos sobre a concordância com uma afirmação característica de uma posição liberal na economia, nomeadamente se a actividade económica deve ser

Quadro 4.15 Ordenamento das entidades que podem contribuir para a resolução dos problemas ambientais segundo a orientação ambiental

Orientação ambiental alta			Orientação ambiental baixa		
Entidades	n	%	Entidades	n	%
Os cientistas	33	9,6	Os cientistas	52	9,9
A comunicação social	79	23,1	A comunicação social	114	21,6
As empresas	99	28,9	As escolas	133	25,2
Governo/Administração Pública	101	29,5	As empresas	138	26,2
As escolas	101	29,5	Associações ambientalistas e grupos de cidadãos	151	28,7
As autarquias	134	39,2	Governo/Administração Pública	230	43,6
Associações ambientalistas e grupos de cidadãos	144	42,1	Os cidadãos (pessoas) individualmente	242	45,9
Ministério do Ambiente	154	45,0	As autarquias	256	48,6
Total	342	—	Total	527	—

Nota: percentagens em coluna (resposta de escolha múltipla).

deixada às empresas, verifica-se a tendência para a não resposta por parte dos não ambientalistas.

Quanto à importância atribuída à defesa do ambiente e qualidade de vida como objectivo político, não constitui surpresa verificar que quanto menor o activismo ambiental, menor é essa importância atribuída. Dois terços dos não ambientalistas não conseguem sequer formular uma resposta a esta questão.

Finalmente, quando questionados sobre a razão pela qual as pessoas não fazem mais pela protecção do ambiente, a falta de informação e educação cívica sobressaem como justificação. Em particular, a falta de informação é mais vezes citada pelos não ambientalistas. Em terceiro lugar, aparece, para os activistas, a ideia de que "as pessoas só farão alguma coisa se outras pessoas começarem a fazer". No caso dos não ambientalistas, essa posição é tomada pela resposta "as pessoas não pensam nisso". O efeito geracional e escolar evidencia, mais uma vez, que são os portugueses idosos e menos escolarizados a invocar o *deficit* de informação e educação cívica. Os mais jovens e/ou com o ensino superior defendem que "as pessoas só farão alguma coisa se outras começarem a fazer", mas opinam também, com relevante incidência na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que a sua participação não é apoiada pelas instituições. O carácter demasiado dispendioso que pode acarretar a protecção da natureza constitui o factor menos relevante para os inquiridos que se situam entre os 36 e os 49 anos, para os que detêm o ensino superior e/ou secundário e que vivem no Norte do país.

Quadro 4.16 Razões para as pessoas não fazerem mais pela protecção do ambiente

Razões indicadas	n	%
Não estão suficientemente informadas	969	39,6
Não têm suficiente educação cívica	591	24,1
Não pensam nisso	269	11,0
Só farão alguma coisa se outras pessoas começarem a fazer	159	6,5
É demasiado trabalhoso ou estão demasiado ocupadas	155	6,3
A sua participação não é apoiada pelas instituições	65	2,7
É demasiado dispendioso	27	1,1
Ns/Nr	215	8,8

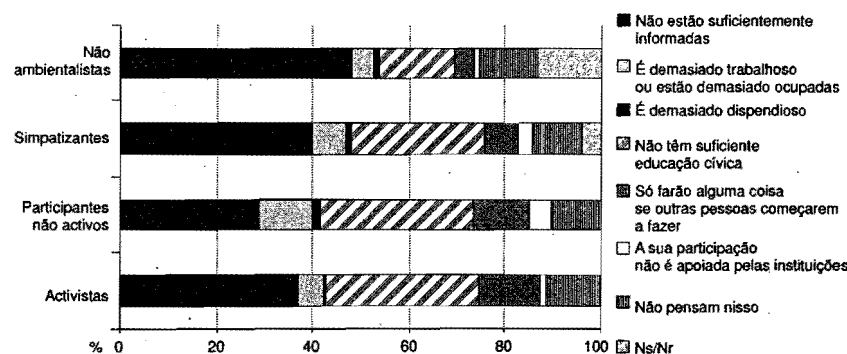


Figura 4.22 Razões para a não participação por grupo de activismo

Conclusão

A orientação ambiental dos portugueses foi apresentada neste texto como sendo uma das componentes possíveis de um indicador de sensibilidade ambiental, não tendo, porém, a pretensão de esgotar todas as suas várias dimensões. A partir deste parâmetro, e considerando as respostas obtidas, é possível afirmar que a orientação ambiental dos portugueses é fraca. É evidente que não se esperaria encontrar homogeneidade nessa orientação. Os níveis de escolaridade mais elevados, os grupos etários mais jovens, a pertença aos grupos profissionais dos quadros superiores e das profissões intermédias, bem como o projecto de vida "sociocentrado", surgem associados aos portugueses que manifestam uma maior orientação ambiental. A esta orientação ambiental está ainda associada uma tendência prometeica no "progresso científico" e na capacidade da técnica em enfrentar os problemas ambientais.

Esta posição tecnófila, todavia, não parece corresponder à adopção do que alguns autores têm denominado como programa de "modernização ecológica" (Weale; Gouldson). Um programa que associa confiança na capacidade tecnológica para o enfrentamento de problemas ambientais a uma política diferente, menos restritiva e mais confiante nas orientações políticas "soft", tais como a adesão aos impostos ambientais ou subsídios para introdução de processos menos poluentes. A situação portuguesa é, pois, caracterizada pelo afastamento dessas políticas. Esse afastamento prolonga-se também às fontes de informação, sendo evidente, por parte do grupo de orientação ambiental alta, no que respeita às entidades políticas e às empresas. Esta orientação ambiental, em contrapartida, associa-se positivamente a um maior apelo à participação dos cidadãos e a uma maior ênfase na mudança dos estilos de vida, favoráveis ao ambiente.

Por outro lado, as tendências encontradas na análise dos resultados da aplicação das tipologias de activismo reforçam as conclusões sociográficas referidas para os grupos de orientação ambiental. Os portugueses mais activos na área ambiental são tendencialmente mais jovens, em idade escolar, mais escolarizados e quadros superiores e técnicos. O seu projecto de vida é maioritariamente "sociocentrado" e orientado para o futuro. Por oposição, os agrupamentos dos simpatizantes e os "não ambientalistas" encontram-se em maior número nas faixas etárias mais velhas, entre a população não activa e menos escolarizada.

Quanto ao imaginário pessimista-demissionista perante as possibilidades de alteração dos dados ambientais, os activistas, embora não se distinguindo dos outros grupos, são mais propensos a valorizar a participação pública na decisão. É provável que a maior mobilização cognitiva dos activistas não justifique uma representação fatalista da evolução dos problemas ambientais.

Os grupos de participação e activismo distinguem-se também na efectivação das práticas. No entanto, são de salientar as disposições relativas a separar e reciclar lixo, onde a distinção entre activistas e não activistas é menor, mas em que os não ambientalistas não as efectuem. Podemos assim estar em presença de um efeito do peso da normatividade social associada a estas práticas.

No campo da responsabilização, assiste-se sobretudo a duas tendências fortes: a remissão da responsabilidade pelos problemas ambientais para a população em geral, por um lado, e a atribuição de responsabilidade ao conjunto Estado e empresas, por outro. O posicionamento em relação ao papel do Estado, tanto no campo de actuação das políticas económicas como, mais concretamente, no das políticas ambientais, não distingue os grupos de orientação ambiental. Nota-se, porém, uma superior preocupação, no grupo de orientação ambiental alta, para com a função pedagógica, fiscalizadora e penalizadora do Estado, que estimam pouco eficaz.

Por fim, verifica-se que a importância da defesa do ambiente como objectivo político cresce à medida da conexão entre um superior nível de

informação e um superior grau de participação; em sentido inverso, os menos participativos manifestam estar menos informados, tendendo a admitir uma baixa preocupação global à problemática ambiental, o que acaba por justificar, de resto, a sua própria inércia.

As últimas palavras deste capítulo são de Marianne Moore: "Estas coisas são importantes não porque / se lhes pode dar uma interpretação sonante, mas porque são / úteis".